

Uma aposta na utopia.

Ruy Leite Berger Filho

O mundo acumulou uma grande quantidade de bens culturais e alcançou altos níveis de progresso material. A vida em sociedade se tornou mais complexa. A sociedade já exige de um número cada vez maior de pessoas competências amplas para lidar com o contínuo crescimento da produção do conhecimento e de sua disseminação. Sem dúvida, aprender será a mais importante fonte de riqueza e de bem-estar para a sociedade do próximo milênio. Os níveis de escolarização requeridos são cada vez mais altos. Isto gera uma forte demanda pela democratização das oportunidades educacionais, como expressão do desejo de inclusão, e requer um projeto educacional que conduza a uma aprendizagem permanente, ao longo de toda a vida. Temos os dois grandes desafios para o próximo milênio: oferecer oportunidades para todos de avançar além da educação obrigatória e conceber um desenho para o ensino que garanta a todos as condições básicas para inserção no mundo do trabalho, a plena atuação na vida cidadã e os meios para continuar aprendendo.

Entendo que a definição do modelo de ensino secundário de que necessitamos para o século XXI deve estar assentado sobre três eixos básicos: a flexibilidade para atender a diferentes pessoas e situações e às mudanças permanentes que caracterizam o mundo da sociedade da informação; a diversidade que garante a atenção às necessidades de diferentes grupos em diferentes espaços; e a contextualização que, garantindo uma base comum, diversifique os trajetos e permita a constituição dos significados, dê sentido à aprendizagem e ao aprendido.

O ensino médio no Brasil integra a educação básica como a etapa para a construção de significados para as experiências e os conhecimentos novos e os já adquiridos anteriormente, para aprender a construir instrumentos de aprendizagem para toda a vida, a problematizar, a refletir sobre a realidade e a negociar significados com outros. Tais competências são as mais necessárias para avançar com sucesso nos demais níveis da educação e para a inserção qualificada na vida social. Este é o seu sentido como etapa final da educação que deve ser universalizada.

A constituição de competências cognitivas e sócio-afetivas que qualifiquem o jovem para o trabalho e a vida em sociedade é a finalidade da educação básica consensuada pela sociedade brasileira, em particular por seus educadores, na lei que estabelece as diretrizes e bases da educação. Por este motivo suas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem uma base comum nacional descrita por um conjunto de competências, organizadas por áreas do conhecimento, que todo egresso deste segmento da educação básica deve ter construído. Desta forma estabelece uma unidade que não se contrapõe à diversidade necessária, requerida e, por isso, pilar das mesmas Diretrizes.

O pressuposto dessa perspectiva é o de que competências gerais e comuns podem ser constituídas a partir da apropriação de conhecimentos diversificados, portanto os conteúdos curriculares não são fins em si mesmos mas meios para atender às necessidades que um alunado heterogêneo tem de preparação para o trabalho, de acesso à cultura, de compreensão do mundo, de exercício da cidadania. A diversidade e amplitude da abrangência dos campos do conhecimento são importantes para formar um quadro de referências que dê acesso à produção histórica da cultura da humanidade, introduzindo o contraponto ao saber espontâneo do senso comum. É deste confronto, é na diferença entre o saber já construído e o conhecimento estruturado socialmente que a escola aporta, que se constrói a aprendizagem. Só há aprendizagem na diferença, o "mesmo" só confirma o já sabido, não permite transformação. Esta abrangência e diversidade fica garantida pela estruturação de uma base comum que articula os estudos das áreas de "Linguagens, Códigos e suas Tecnologias", "Ciências Humanas e suas Tecnologias" e das "Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias", nas dimensões de representação e comunicação, de investigação e compreensão, e de contextualização sócio-histórica. Precisamos considerar a diversidade de percurso de vida e de vida escolar anterior de quem chega ao ensino médio e a diversidade de perspectiva e de projeto dos seus egressos para entendermos que trajetórias diversos no ensino médio são instrumento necessário para que esta etapa da escolaridade seja efetivamente incluyente. Nesta dimensão, a escola média tem uma identidade a ser construída. E é marca fundamental desta identidade a diversidade.

Apesar de situar-se no âmbito da educação geral o ensino médio não pode ser generalista ou academicista. Ao contrário, as finalidades e características que os anos de conclusão da educação geral vêm assumindo nas sociedades contemporâneas – às quais as normas de organização do ensino médio recém adotadas no Brasil, procuram contemplar – requerem que esse nível educativo seja voltado para a constituição de competências cognitivas, afetivas e sociais necessárias para permitir que o seu egresso

possa, ao mesmo tempo, continuar estudando, continuar aprendendo e ingressar no mundo do trabalho, recomendando que o currículo organize-se de forma a superar o dualismo.

O ensino médio, assim, deve propiciar ao mesmo tempo educação geral e preparação **básica** para o trabalho. Para que isso seja alcançado, duas condições se fazem necessárias:

I. em primeiro lugar, a adoção de currículos que sejam concomitantemente diversificados e unificados:

- **diversificados** quanto aos conteúdos, focalizando áreas ou núcleos de conhecimento que respondam às necessidades da produção - de bens, serviços e conhecimentos- e dos indivíduos ou grupos de indivíduos;
- **unificados** quanto às competências cognitivas, afetivas e sociais a serem constituídas com base nesses conteúdos diversificados, de modo a dar educação geral e comum para todos.

II. em segundo lugar, a articulação adequada da preparação **básica** para o trabalho oferecida pelo ensino médio, com a educação profissional destinada a preparar para funções de trabalho, a ser obtida em estudos posteriores ou diretamente no trabalho. Neste sentido, a preparação para o trabalho no ensino médio será **básica**:

- porque deverá permitir a apropriação de conhecimentos que são úteis ou necessários para um determinado ramo ou área profissional – daí a necessidade de diversificar os currículos;
- porque levará à constituição de competências que são indispensáveis em todas as profissões – daí a necessidade de centrar e unificar a proposta curricular em torno de competências cognitivas afetivas e sociais gerais.

Os obstáculos que se interpõem a este processo construtivo são a cultura escolar vigente na educação secundária, enciclopedista e reprodutivista, e a articulação feita com o ensino superior, pensada exclusivamente pelo processo seletivo que lhe dá acesso, que utiliza instrumentos assentados sobre o acúmulo de informações e não no seu significado. Como há uma representação social do sucesso na escolaridade e na vida social e profissional referida a um "eruditismo" cumulativo e à formação na educação superior, e o acesso a ela segue-se de imediato à conclusão do ensino médio, avalia-se a qualidade deste por sua eficácia em relação ao concurso vestibular. Os objetivos e as finalidades do ensino médio, e por conseqüência sua concepção e organização curricular, ficaram

subordinados aos exames referidos. Romper uma prática escolar construída a partir deste referente e reconstruí-la sobre novos referenciais demanda reinventar a escola e o acesso ao ensino superior, enquanto a representação da função deste segmento da educação básica é reinterpretada no imaginário social.

A educação média deve trazer a dimensão da educação para o olhar, a leitura, a interpretação e a reescritura do mundo físico, social e afetivo. Esta dimensão tem que apontar para que um algoritmo matemático seja um instrumento na solução de um problema concreto, que pode dar conta da etapa de planejamento, gestão e produção de um bem ou para expressar a construção de uma formulação teórica a respeito da relação do tempo e espaço. Deve apontar, também, para o fato de que a linguagem verbal se presta à compreensão ou expressão de um comando ou instrução clara, precisa, objetiva, ou para a ambigüidade do texto poético; de que a Biologia lhe dá os fundamentos para análise do impacto ambiental de uma solução tecnológica, para a prevenção de uma doença profissional ou para a leitura do fenômeno da vida humana e sua perpetuação. Enfim, que não há solução tecnológica sem uma base científica e que, por outro lado, soluções tecnológicas podem propiciar a produção de um novo conhecimento científico; que a linguagem é instrumento de expressão afetiva, cultural, de comunicação entre as pessoas e instituidora de significados na construção do conhecimento, que a produção contemporânea é essencialmente simbólica.

Esta educação que permite buscar e selecionar informação, gerar informação, usá-la para solucionar problemas concretos na produção de bens, do conhecimento ou na gestão e prestação de serviços, é preparação básica para o trabalho e preparação para o exercício pleno da cidadania. Na verdade qualquer competência requerida no exercício profissional, seja ela psicomotora, sócio-afetiva ou cognitiva é um afinamento das competências básicas.

Portanto, para cumprir os três objetivos primordiais da educação básica, o desenvolvimento pessoal e da cidadania, a preparação básica para o mundo da produção e o domínio dos meios para continuar aprendendo, na verdade, deve-se desenvolver esta concepção de educação geral. As competências, os conhecimentos e as habilidades requeridas para qualquer um destes fins são as mesmas. Este é o ensino médio que deve ser universalizado.

Reinventar a escola é uma tarefa de todos, de quem a institui e a demanda - a sociedade, e de quem tem o mandato de constituí-la - os educadores. Ao propor uma reforma para este segmento do ensino, o Ministério da Educação fomenta um processo de transformação e oferece as bases conceituais e as ferramentas para sua efetivação.

Os princípios filosóficos, epistemológicos, educacionais e pedagógicos estão postos. Todo este processo contou com a participação efetiva das Secretarias Estaduais de Educação e com a discussão e contribuição dos educadores, representados por entidades ou pessoalmente. Cabe agora à escola apropriar-se do resultado deste esforço e o concretizá-lo numa nova prática pedagógica, construindo seu projeto escolar, no exercício da sala de aula.

O jovem e o jovem adulto esperam um processo escolar que contribua para sua presença protagônica no cotidiano e para a construção do seu projeto de vida e do projeto social e cultural da sua coletividade. É nas tensões entre o presente e o futuro, entre o individual e o coletivo, entre a unidade e a diversidade, entre o saber constituído e o saber a ser constituído que a tarefa educacional deve se estabelecer.

Os princípios de uma estética da sensibilidade, de uma política da igualdade e de uma ética da identidade, como estabelecem as diretrizes curriculares recentemente aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, são basilares para a reconstrução da educação no nosso país, como o são para todo o mundo hoje. A criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado e a afetividade precisam estar sustentados por “identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto e o imprevisível, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade, a delicadeza, a sutileza”, como acentua o Parecer nº 15/98, da Câmara de Educação Básica, ao estabelecer as Diretrizes Curriculares. É preciso ter alegria e prazer no trabalho, no cotidiano... é preciso ser sensível à diferença. A prática da igualdade no acesso aos bens sociais e culturais, o reconhecimento e o exercício dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania, o respeito ao bem comum, o protagonismo e a responsabilidade no âmbito público e privado; o reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro; a solidariedade, a responsabilidade e a reciprocidade como orientadoras dos atos da vida, devem ser princípios que informem todo o ato de ensinar e de aprender.

O Ensino Médio que está proposto concebe os saberes a serviço dos princípios de autonomia, diversidade e identidade. Para que isto se dê faz-se necessário que estes saberes estejam contextualizados, porque só no contexto adquirem sentido, e que superem, sem desprezar, a organização disciplinar que os estrutura hoje na transposição didática que a escola faz do conhecimento constituído pela nossa cultura. A interdisciplinaridade articula o conhecimento e não dissolve a especificidade dos campos do saber, não nega as disciplinas escolares, mas sim a prática escolar fragmentada. A contextualização reinsere o conhecimento específico no âmbito da vida, gerando significado, transformando definições em conceitos. A autonomia de pensamento e a

autonomia de atuação dependem do sentido que o conhecimento faça para cada um e para o coletivo sócio-cultural em que cada sujeito se situa. A formação **para** a autonomia, a diversidade e a constituição e o reconhecimento de identidades pressupõe formação **na** autonomia, **na** diversidade, constituindo e reconhecendo identidades. É o exercício permanente destes valores e a tomada de consciência deles e do seu exercício que educará jovens e adultos para a efetiva participação na sociedade e na cultura em que se situam, continuando a aprender ao longo de toda a vida e a reinvestir essa aprendizagem no seu pensar, no seu fazer e no conviver cotidianos.

A parte diversificada que a LDB introduz como forma de atender às peculiaridades locais, regionais, da economia, da cultura e da clientela e que as DCNEMs estruturam, sem desvinculá-la dos conceitos formulados para a base nacional comum, são o *locus* privilegiado para projetos de aprofundamento e contextualização a serem concebidos pelas escolas, por professores e por alunos. Esta dimensão do desenho curricular deve ser entendida como possibilidade de construção de programas de trabalho que podem se diferenciar não só de escola para escola, mas dentro da própria escola entre grupos de alunos e mesmo entre períodos escolares. Ela não se confunde com especializações por áreas do conhecimento ou de acesso ao ensino superior (como os antigos clássico e científico, ou "humanas", "biológicas" e "exatas") ou com a oferta de um cardápio desestruturado de disciplinas eletivas, a serem escolhidas sem nenhum critério e nenhuma articulação entre si.

A aprendizagem é uma aposta no presente e no futuro, é um investimento na esperança. A desesperança da juventude, presença constante num certo discurso cético e cínico, de adultos, que está se tornando moda, não está no jovem, mas na negação do direito da juventude ser o espaço da arquitetura da utopia e da educação ser para ele a possibilidade de apropriação da tecnologia para a sua construção. O que se espera da etapa final da educação básica, universalizada, é que concretize esta possibilidade para todos.